LIMITES, BORDAS E NORMAS: A DELICADA CONSTITUIÇÃO DO OBJETO DE CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS HUMANAS

LIMITS, EDGES AND NORMS: THE DELICATE CONSTITUTION OF THE OBJECT OF KNOWLEDGE IN HUMAN SCIENCES

Patrick Sériot¹

Resumo: *Qual gênero de conhecimento produz uma ciência humana? O que conhecemos dele? O objeto de uma ciência humana pré-existe ao ato de conhecimento ou ele é seu resultado? Tentaremos responder essas questões a partir do exemplo da fonologia, de uma perspectiva transdisciplinar.*

Palavras-chave: conhecimento, fonologia, objeto da ciência, ciência humana.

Résumé: *Quel genre de connaissance produit une science humaine? Qu'y connaît-on? L'objet d'une science humaine préexiste-t-il à l'acte de connaissance ou bien en est-il le résultat? On tentera de répondre à ces questions à partir de l'exemple de la phonologie, dans une perspective trans-disciplinaire.*

Mots-clé: connaissance, phonologie, objet des sciences, sciences humaines.

1 Os paradoxos da re-apresentação

1.1 Borges e o mapa em escala 1:1

O curto texto do escritor argentino J. Borges, muito comentado², “Do rigor da ciência”, permite imaginar que um imperador ordena um dia a

1 Docente e pesquisador da Universidade de Lausanne, Suíça, onde coordena o Centro de Estudos de Slavística.

2 O tema do mapa em escala 1:1 está já presente em 1893 na obra de Lewis Carrol, *Sylvie and Bruno Concluded*, no capítulo intitulado: “The man in the Moon” (London: Macmillan, vol. 2, p. 169):

“What do you consider the largest map that would be really useful?

— About six inches to the mile.

— Only six inches! exclaimed Mein Herr. We very soon got six yards to the mile.

And then came the grandest idea of all! We actually made a map of the country, on the scale of a mile to the mile!

— Have you used it much? I enquired.

— It has never been spread out, yet, said Mein Herr : the farmers objected : they said it would cover the whole country, and shut out the sunlight! So now we use the country itself, as its own map, and I assure you it does nearly as well.”

cf. também Crampton, 1990; Mappemonde 52 (4), 1998; Chamussy, 1982; Jacob, 1992 (p. 33; p. 408-409); Eco, 1996.

seus cartógrafos elaborar um mapa extremamente preciso do Império. Os cartógrafos zelosos pegaram os instrumentos de medida mais precisos, os pincéis mais finos, o papel mais liso, e se puseram ao trabalho. Eles desenharam com exatidão e minúcia cada cidade e cada lugarejo, cada rota e cada caminho, cada floresta e cada prado. Mas o imperador não estava satisfeito com trabalho deles: ele queria o máximo de detalhes. Os cartógrafos pegaram, então, os pincéis a um pelo, o fio mais precioso, e se debruçaram sobre o novo mapa de cada nervura de cada folha de cada árvore de cada floresta, cada pedra de cada caminho... No entanto, mesmo aquilo não satisfazia o desejo do Imperador, que exigia um mapa perfeito, um mapa que diria tudo, o mapa dos mapas. Os cartógrafos tomaram então a única decisão que se impunha: estabeleceram um mapa em escala 1:1, onde um centímetro sobre o mapa representava um centímetro sobre o terreno. Mas então a noção de mapa em si mesma não tinha mais utilidade, porque ela apenas reduplicava o território, a repetir de maneira necessariamente imperfeita o território, que é em si mesmo o seu próprio mapa, o melhor dos mapas. Mas então não seria mais um mapa, e o *conhecimento* do território é impossível.

A aporia que nos descreve Borges é a incapacidade dos esforços de representação total, a impossibilidade de dar conta exaustivamente do real: dizer o Todo equivale a nada dizer.

Seria, no entanto, um erro ver nisso um constante fracasso, uma nostalgia da representação verdadeira. Ao contrário, trata-se de uma interrogação fundamental, ao mesmo tempo, sobre o ato de conhecimento científico e sobre aquele de representação na escritura literária. O texto de Borges é a ilustração lúcida do que Lacan chama de “não-todo”, a impossibilidade de (tudo) dizer, a dupla questão fantasmática da exaustividade e o que chamamos em linguística a transparência referencial. O discurso da ciência não pode nem reduzir o mundo (dar conta de forma *completa*), nem se apagar totalmente para fazer ver o mundo tal como ele seria. As palavras e as coisas não se recobrem totalmente, há uma incompletude de todo conhecimento, que é a condição mesma do conhecimento. Como sair então do desespero, como conhecer?

1.2 Revelar o que está oculto: um programa teológico

O mundo platônico é aquele onde o Verdadeiro é único, mas escondido, inacessível em seu ser (conhecemos apenas as Ideias que sua sombra projeta ao fundo da caverna), o mundo cristão opõe uma mensagem oti-

mista: podemos transcender pela Re-ligação (o fato de re-ligar) a imperfeição da natureza humana, e a relação direta a Deus é um ideal difícil, mas acessível para alguns eleitos.

As aporias da visão direta têm uma longa história, marca de um mesmo sofrimento, provêm de uma mesma ferida: há entre nós e as coisas um intermediário, um médium: a *linguagem*, logo a imperfeição e a finitude se manifestam no fato mesmo da multiplicidade de *línguas*.

“As línguas são imperfeitas na sua pluralidade, falta a suprema”, se lamenta Mallarmé³, propondo como remédio a escritura poética, transcendendo ao fosso escancarado, aberto por esta não completude. O mito da Torre de Babel se impõe tão necessariamente que é inútil lembrá-lo, salvo para sublinhar que é bem a multiplicidade de línguas que é a punição divina, logo a desunião, a separação, enquanto o estado pré-babélico é descrito por contraste como o éden da comunicação no seio de uma língua única, da fusão e da comunicação sem obstáculo. Mas um outro episódio bíblico, revelando um outro conjunto de mitos, merece que nos detenhamos sobre. Trata-se de consequências do castigo fundador da condição humana. Certo, Adão e Eva, uma vez expulsos do Paraíso, tiveram que trabalhar arduamente para não morrer de fome e de frio, Eva deu à luz na dor. No entanto, isso não é provavelmente o essencial. O que os humanos perderam tornando-se humanos é o contato direto com Deus, a possibilidade de contemplá-lo de frente. Eles foram *separados* desse contato.

Muitos outros episódios bíblicos retomam o tema da *separação* como sofrimento, e da reunião, pela ausência de mediação como felicidade indizível. É o tema da transparência epifânica. Que se pense o arvoredo ardente, por exemplo, momento da transfiguração, quando Jesus aparece em majestade, isto é, em sua verdadeira natureza divina, a seus discípulos assustados, ou bem sobre o caminho de Damasco, quando as escamas caíram dos olhos de São Paulo. Que se pense a linguagem dos anjos, miríades de Querubins e Serafins que, no Paraíso, são inteiramente *transparentes* uns aos outros: nada podem esconder, eles não podem *mentir*, eles lêem reciprocamente seus pensamentos, sem esse intermediário imperfeito que é a linguagem dos humanos⁴. Todos esses episódios nos dizem a mesma coisa: a nostalgia do momento de comunicação direta, sem intermediário, nostalgia da época de fusão, de não-separação, de contemplação do Absoluto e do Verdadeiro, antes do traumatismo do nosso nascimento enquanto seres humanos. Entretanto, o que nos dizem de forma implícita, por contraste, em surdina, é que essa separação é *necessária*, que ela é a *lei* de nossa

3 “Crise de vers”, 1897.

4 Sobre a linguagem dos anjos, cf. de Certeau, 1985.

condição, ela é a própria condição para que o *sentido* apareça. O sentido é fundado sobre a diferença, por isso sobre a separação, é o contrário da fusão, que é somente não-sentido ou con-fusão.

As três religiões do Livro Sagrado trazem uma solução a este insuportável sofrimento: a Revelação. O verdadeiro nos é revelado, descoberto, desvelado *diretamente*⁵ por Deus. Mas infelizmente em *uma* língua humana, que é frequentemente apresentada como a língua na qual Deus efetivamente falou com um profeta para seu povo eleito, por exemplo, o hebreu ou o árabe, a Revelação não se dá.

1.3 Extrair o que está escondido: um programa empirista

Citar L. Althusser não está mais na moda. Entretanto, sua análise da concepção empirista do conhecimento merece ser retomada aqui⁶, na medida em que ele relê a concepção teológica precedentemente comentada.

Althusser apresenta o empirismo como a colocação em cena de um processo que se dá entre um objeto dado e um sujeito dado. O importante é que o sujeito e o objeto sejam *dados*, isto é, existam todos os dois anteriormente ao processo do conhecimento. O processo empirista do conhecimento reside na operação do sujeito nomeada *abstração*: “conhecer, é abstrair do objeto real a sua essência, cuja posseção pelo sujeito é então dita conhecimento” (p. 33). A essência é abstraída dos objetos reais no sentido de uma *extração*, como podemos dizer que o ouro é *extraído* (ou abstraído, por isso separado) da ganga de terra e de areia na qual ele está preso e contido. Do mesmo que o ouro, antes de sua extração, existe como ouro, não separado de sua ganga, na sua ganga mesmo, do mesmo modo a essência do real existe, como essência real, no real que a contém.

O conhecimento é abstração no sentido próprio, isto é, extração da essência do real que o contém, separação da essência do real que o contém e o recepta, escondendo-o (p. 33-34)⁷.

Conhecer é, então, separar, *no real mesmo*, a essência do real da ganga que recepta a essência. O real é estruturado como é essa ganga de terra, contendo, no seu interior, um grão de ouro puro, esse interior é então feito de duas essências reais, a essência pura e a impura, isso é importante para nossa proposta, em *termos hegelianos*, o essencial e o inessencial. O objeto real contém desta maneira duas partes reais distintas, a essência e

5 “re-velar” tem a mesma etimologia que “des-velar”: é levantar o véu que esconde à vista o objeto a ver.

6 Althusser, 1996 (1965), p. 32-50.

7 Nota das tradutoras: guardamos aqui as páginas da edição francesa citada pelo autor.

o inessencial. O conhecimento empirista está contido no real como uma de suas partes, na outra parte do real, a parte inessencial. O conhecimento empirista tem, logo, por único objeto separar no objeto as duas partes existentes nele, o essencial do inessencial. A operação de abstração é apenas um procedimento de eliminação de uma parte do real para isolar a outra, não deixando nenhum vestígio na parte extraída.

Entretanto esta operação de extração supõe que o objeto real já esteja estruturado, com uma posição respectiva da parte essencial e da parte inessencial. “A parte inessencial ocupa todo o exterior do objeto, sua superfície visível; enquanto a parte essencial ocupa a parte interior do objeto real, seu nó invisível. A relação do visível ao invisível é, pois, idêntica à relação do exterior ao interior, à relação da ganga ao objeto real. Se a essência não é imediatamente visível, é que ela está escondida, no sentido forte, quer dizer inteiramente recoberta e envolvida pela ganga do inessencial” (p. 35). Toda operação de conhecimento está então incluída no mesmo objeto, na posição respectiva do inessencial e do essencial no objeto mesmo. Esta operação é de fato uma extração indispensável à descoberta da essência. “Descoberta” é tomada no sentido próprio de retirar o que recobre, para nos colocar em presença da essência pura e nua, então o conhecimento não é mais senão a *simples vista* (p. 35).

O conhecimento é inteiramente inscrito na estrutura do objeto real, sob a forma da diferença entre o inessencial e a essência, entre a superfície e o fundo, entre o exterior e o interior, o conhecimento está, pois, já realmente presente no objeto real que ele deve conhecer, sob a forma da disposição respectiva de suas duas partes reais. “Este investimento do conhecimento, conhecido como uma parte real do objeto real, na estrutura real do objeto real, eis o que constitui a problemática específica da concepção empirista do conhecimento (p. 36)”.

Deixamos aqui o trabalho de Althusser, que nos leva na via de uma espécie de lógica da produção do conhecimento se afastando da ideologia por uma ruptura radical, para buscar no modelo de *construção* do objeto de conhecimento uma resposta às questões que venham a ser postas. Mas guardamos esta exposição da idéia de que a concepção empirista do conhecimento repousa sobre os mesmos fundamentos que a visão teológica da re-velação e da transparência epifânica.

1.4 Ver o que está escondido: a ciência eurasista

No começo dos anos 1920, aparece na emigração russa, na Europa Ocidental, um movimento intelectual, ideológico, político, denominado “mo-

vimento eurasista”, que se propõe justificar o traço das fronteiras da URSS, que eles chamam “Eurásia”, por argumentos científicos. O projeto, a longo prazo, de seus intelectuais emigrantes era de retomar o poder na URSS no lugar dos bolcheviques.

Para eles a Eurásia era um “terceiro continente”, *nem Europa nem Ásia*, para o qual era uma terceira via: *nem capitalismo nem comunismo*⁸.

O eurasismo é uma filosofia da *revelação* (revelação do sentido escondido das coisas) ao mesmo tempo em que uma *pedagogia do olhar*: a Rússia-Eurásia, objeto único de todas as pesquisas e de todas as expectativas, tem uma estrutura geográfica transparente, onde tornam-se legíveis, para os olhos atentos (quer dizer aquele que sabe ver) as especificidades identitárias deste “mundo”. Diferentes estratos filosóficos florescem na espessura do discurso eurasista, apesar de suas pretensões à ruptura radical com tudo que a precedeu: *Filosofia da Natureza* de Schelling e o neoplatonismo (tudo está ligado a tudo), o platonismo (revelador das essências) e enfim uma “ideologia geografista”, que é a consequência direta e que se manifesta na importância do olhar, da decifração – aquilo que está em jogo no trabalho científico sendo de desvelar o que está escondido, o que pré-existe como toda investigação, compreende-se que ler os mapas (mesmo que os eurasistas, estranhamente, quase não tenham publicado), interpretar o mundo nas relações espaciais vai ser o coração de sua atividade.

O eurasismo é antes de tudo uma hermenêutica, consistindo em revelar pelo olhar a verdadeira natureza das coisas, a interpretar os fenômenos considerando-os como signos, símbolos de uma realidade superior que os transcende, aproximadamente o que sabemos antes daquilo que nós procuramos. É uma visão platoniana, ou pythagoriana do mundo, feita de harmonia, de ordem e de simetria.

Toda pesquisa “sintética” repousa então sobre uma busca sem parar de reiterar a regularidade (*zakonomernost*) do número e da medida. Esta “síntese” é somente outra vasta teoria de correspondências e paralelismos. Assim, se tudo se responde na ordem do conhecimento científico, é que tudo se responde na ordem das coisas. O universo é ordenado: “não é por acaso” que isoglossias e isoterms se superpõem, se a periferia é menos densa que o centro, se as línguas politônicas cercam de forma simétrica as línguas à palatalização. Como no século XVI no Ocidente, os eurasistas lêem no grande livro da Natureza a correspondência das áreas culturais e das zonas geográficas, buscando uma ordem desejada por Deus.

8 Sobre a ideologia eurasista, nós temos uma grande documentação nos últimos dez anos. Cf. Sériot, 1999 e Laruelle, 1999.

Esse pensamento essencialista se apoia sobre a tradição do platonismo cristianizado dos “País” da Igreja oriental. A revelação do sentido escondido é uma crença em uma “dupla realidade” das coisas: sob a realidade aparente se esconde uma realidade superior, a realidade divina. A ideia de Eurásia pré-existe ao olhar que a gente tem sobre ela, Eurásia é uma realidade invisível, contida numa realidade exterior que a ignora. É o que M. Laruelle (1999) chama de um pensamento “tautológico”: o eurasismo postula a existência “real” do objeto das ciências eurasistas, elas mesmas chamadas a demonstrar a existência desse mesmo objeto. Assim, o linguista N. S. Troubetzkoy chama seus colegas de diferentes disciplinas para juntarem seus esforços e trabalhar em conjunto para colocar em evidência os laços “orgânicos” entre os diversos aspectos da Eurásia, em oposição à F. de Saussure que, ao contrário, buscava eliminar tudo o que não era pertinente na construção de seu objeto de conhecimento. Na ideologia eurasista, o objeto de conhecimento não é construído pela teoria, ele precede toda a investigação, que é somente chamada a confirmar a existência ontológica e não a construir um modelo.

Para Platão, a imagem sensível depende ontologicamente de seu modelo inteligível; aquilo não implica a sua semelhança, mas a sua deficiência. A presença da Forma à coisa é de fato causa para ela de inteligibilidade, mas ela supõe a mediação de um olhar capaz de ver uma à luz da outra. Assim, ser geógrafo eurasista ou ser linguista das uniões de línguas, ler um mapa, interpretar um *Landaschaft*, é ser capaz de projetar sobre as coisas este olhar que faz aparecer, atrás da contingência do múltiplo, a unidade da sua essência. Esse olhar é um revelador, no sentido fotográfico da palavra, como no sentido de “revelador da verdade”.

A *existência* da Eurásia deve explodir a vista, saltar aos olhos a simples contemplação dos mapas. Mas apesar das aparências, não se trata de um simples positivismo, para quem os fatos são os fatos. Trata-se de saber *ver*, por de trás a contingência e a disseminação dos fatos empíricos, uma realidade maior, mais global que a simples constatação dos fatos, uma realidade que se revela pelo método da ligação. Para Jakobson, Troubetzkoy e Savickij, *há* isoterms, isoglossias, *limites*. O trabalho científico criador deles começa no momento em que eles estabelecem coincidências ou correspondências que *religam* esses fatos. É a afirmação da correspondência que dá a prova da existência do objeto buscado. Essa importância fundamental da teoria das correspondências, base da ciência sintética parece não ter sido suficientemente estudada na história do estruturalismo. A teoria das correspondências é uma *visão totalizante* do mundo, como se a totalidade dos pontos de vista fosse um conjunto finito, como se fosse lícito e pensável conseguir fazer recobrir o objeto real por empilhamento, a superposição dos pontos de vista.

Mas o trabalho do linguista Troubetzkoy, inspirador do pensamento eurasista e da fonologia estrutural se encontra numa tensão extrema entre duas teorias do conhecimento, entre dois momentos da história do saber.

2 Uma reviravolta: conhecer é construir

2.1 O impasse da fonética instrumental no início do século XX

No último terço do século XIX, nesta época marcada pela fé inabalável no progresso trazido pela ciência e pela técnica, onde encontramos a melhor ilustração nos romances de Jules Verne e a vulgarização científica de Camille Flammarion, os instrumentos para medir o som melhoram a cada ano, desde a invenção das primeiras “máquinas falantes” (o fonógrafo de Charles Cros: 1874 e o cilindro de Edison: 1877).

A priori, as máquinas para gravar o som e o descrever (*oscilógrafos*, dando uma imagem da percepção das ondas acústicas, e *palatogramas*, mostrando a posição dos órgãos durante a articulação de sons) deviam trazer o seu lote de novas descobertas, como os telescópios cada vez mais aperfeiçoados nos dão a esperança de descobrir galáxias cada vez mais longínquas. Ora, esta esperança científica no progresso técnico foi em vão. Com efeito, à medida que as máquinas melhoravam, a vertigem se apoderava dos foneticistas. As nuances mais finas tornavam-se objeto de investigação. Sabia-se, por volta de 1900, distinguir as variantes imperceptíveis entre várias espécies do fonema a, as várias espécies do fonema o, etc. O problema era saber o que fazer disso. E é aí que se abria um problema que, do ponto de vista epistemológico, ia servir de detonador a uma crise que se preparava para transformar não somente o universo da linguística, mas também as certezas do empirismo e do positivismo, tratava-se do processo mesmo do conhecimento e da representação do real.

A sofisticação cada vez maior das máquinas para gravar e descrever os sons tornava manifesto o que já sabiam os especialistas intuitivamente: não há duas pessoas que pronunciam exatamente um mesmo som na mesma palavra. Pior ainda: uma única e mesma pessoa jamais pronuncia de modo rigorosamente idêntico duas vezes o *mesmo* som. Como então construir uma ciência do *não-repetível*, da mudança sempre? O melhoramento das técnicas de gravação e reprodução era uma fuga em perspectiva: a dispersão ao infinito dos detalhes e das nuances era como se pudéssemos descrever uma floresta medindo ao micron a altura de cada árvore e o comprimento de cada folha.

A noção de *corte epistemológico* na obra de Bachelard foi, algumas vezes, empregada em contra-senso, como anúncio barulhento da passagem

da ignorância ao saber, da “ideologia” à “ciência” (por exemplo, a obra de L. Althusser). No entanto, ela conserva uma força explicativa notável graças à noção conexas de *obstáculo epistemológico*. No caso em que nos ocupamos, o progresso técnico é um *obstáculo epistemológico*: foi necessário se perder nos meandros da empiria, mas foi *necessário* para que nos dêssemos conta de que a descrição exaustiva de *fatos* só poderia nos levar a um impasse. Sem essas máquinas, os foneticistas teriam passado ainda muitos anos sonhando com a descrição perfeita, isto é, o mapa em escala 1:1.

Um corte epistemológico fundamental acontece entre 1907 e 1911, durante o Curso de Linguística Geral que F. de Saussure deu a um pequeno grupo de estudantes na Universidade de Genebra. Do livro póstumo, feito a partir das notas do curso de seus estudantes, apenas detemo-nos aqui em uma frase, um aforismo bastante surpreendente por ter mexido a fundo na relação ao objeto próprio da linguística:

O ponto de vista cria o objeto. (SAUSSURE, 1972, p.23)

Eis o contexto imediato:

Qual é o objeto, ao mesmo tempo integral e concreto, da linguística? A questão é particularmente difícil: veremos mais tarde por quê; limitemo-nos, aqui, a esclarecer a dificuldade. Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre. Alguém pronuncia a palavra *nu*: um observador superficial será tentado a ver nela um objeto linguístico concreto; um exame mais atento, porém, nos levará a encontrar no caso, uma após outra, três ou quatro coisas perfeitamente diferentes, conforme a maneira pela qual consideramos a palavra: como som, como expressão de uma ideia, como correspondente do latim *nudum* etc. Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras. (SAUSSURE, 1972, p.23).⁹

Todas as consequências dessa passagem enigmática não foram ainda suficientemente dimensionadas nos dias de hoje.

Saussure não é o pai da fonologia estrutural, ele é aquele que permitiu *pensá-la*. Se, nos anos 1920, para os pensadores eurasistas, entre os quais

⁹ NT: As duas citações do *Curso de Linguística Geral* referidas no texto têm por base a tradução brasileira (9ª edição) realizada por Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein.

N. S. Troubetzkoy foi um dos principais, o objeto criava o ponto de vista (o objeto Eurásia devia ser a origem de uma ciência “sintética” destinada a colocar em evidência os diferentes aspectos), em 1916, Saussure livra o objeto a conhecer de toda substância, de toda pré-existência ontológica: o objeto próprio de uma ciência não está inscrito pronto no real, esperando para ser extraído, ele depende do *ponto de vista* adotado pelo pesquisador. Trata-se de uma reviravolta fundamental, etapa marcante de uma passagem à modernidade que ficou despercebida da maior parte de seus contemporâneos.

Uma saída da crise fonética instrumental do começo do século XX foi a noção de *pertinência*, recusa explícita da ideia de conhecimento total, ou *re-conhecimento*, por adequação àquilo que pré-existe ao ato de conhecimento. Em vez de ter por ideal a descrição exaustiva de todas as nuances possíveis de sons de uma língua, os linguistas, depois da Primeira Guerra Mundial, se interessaram pouco a pouco nas únicas *diferenças* entre os sons capazes de suportar as *diferenças* de sentido, dito de outro modo, de diferenças *pertinentes* (em inglês: *relevant*).

Do ponto de vista fonético, a diferença mensurável entre [Râp] (“rampa”, com um “r” fricativa, *standard*) e [râp] (“rampa”, com um “r” vibrante, da região da Borgonha) é também importante, é da *mesma natureza* que a diferença entre ([Râp] et [lâp] (“lâmpada”). Se um modelo nos conduzisse a fazer uma representação *simplificada* desses três sons, nós alcançaríamos um conhecimento destes sons, mas em nenhum caso qualquer modelo desse tipo poderia dar conta do fato de que uma “rampa” não é uma “lâmpada”, qualquer que seja a forma de pronunciar os “r” dos locutores. Não há absolutamente nenhum objeto intermediário entre os dois, mesmo se a gente pudesse encontrar candidatos teratológicos tais como uma rampe lumineuse (rampa iluminada) ou uma lampe inclinée (lâmpada inclinada) ao longo de uma escada. Mas mesmo esses objetos estranhos e instáveis não seriam nomeados por uma palavra, cuja inicial comportaria um som intermediário entre [R] e [l]. Do *ponto de vista* fonológico (que se interessa tão somente por diferenças que contribuíram a diferenças de sentido) é *pertinente*, aquela entre [R] e [r] não é. É exatamente o que faz o francês é do francês, e não do japonês, onde o sistema de repartição das pertinências é radicalmente outro.

2.2 Sair da crise: a noção de tipo

No entanto a noção de pertinência em si mesma não é o suficiente para fazer da reviravolta um paradigma radicalmente novo, ela não é em si mesma uma garantia de ruptura com o empirismo. Com efeito, o objeto construído pela fonologia pode ser ou um *tipo* ou um *modelo*.

Assim, em 1926, em Leningrado, para a linguista Rozalija Shor, o fonema é “um tipo de som tomado como norma no interior de uma comunidade” (SHOR, 1926, p. 39). Para a Escola fonológica de Leningrado nos anos 1920, o fonema é uma espécie de menor denominador comum de toda as pronúncias de um mesmo som, valor médio de diversos sons, norma de pronúncia. Para cada uma das variantes, a gente pode calcular valores médios e as pronúncias corretas de cada uma dessas variantes, que se “dispersam” em torno desses valores médios, segundo a curva dos erros de Gauss¹⁰. Para L. Scherba, o principal desta escola, os fatos precedem toda a investigação, os sons são um dado da realidade que convém explorar, e não construir. Pelo seu fisicalismo, seu substancialismo, seu positivismo, a escola de Leningrado contribuía ao dogma do materialismo oficial, o substancialismo tranqüilizante do qual se tinha necessidade: os fatos existem independentemente de toda teoria e fora de todo *ponto de vista*, a realidade é simples, não problemática¹¹, ela espera ser descoberta por uma atividade de conhecimento que repouse sobre a noção de *reflexo*. Mesmo se a Escola fonológica de Leningrado trouxesse o novo consistindo em fazer intervir o *sentido* no cálculo de fonemas, estes últimos eram *tipos* aos quais podíamos relacionar a média de variantes, ou realizações fônicas dos fonemas.

Troubetzkoy, na introdução de sua obra *Princípios de fonologia*, não consegue escapar a esta visão da abstração como redução do inessencial ao essencial, seleção do que no som é essencial, em confusão do ser e do conhecer, ou mais exatamente uma redução do conhecer ao ser.

A fonologia de Leningrado é uma fonética geral, uma ciência do som-tipo. E mesmo se chegamos ao *tipo* por indução, o raciocínio é o mesmo: o *tipo* não é outro senão o *essencial*, que pré-existe ao ato de conhecimento.

Se um modelo como *maquete*, ou uma representação simplificada, não convém em linguística, é que a noção de som abstrato, ou som fundamental, espécie de pequeno denominador comum às variantes de um som, não tem rigorosamente nenhuma utilidade para se compreender este fenômeno tão surpreendente na distância igual, [Râp] e [râp] tem o *mesmo sentido*, enquanto [Râp] e [lâp] têm um *sentido diferente*.

2.2 Sair da crise: a noção de modelo

No último terço do século XIX se desenvolve a *crise do fundamento das matemáticas*. Os pesquisadores foram pouco a pouco levados a manter

10 Cf. a crítica que fez Troubetzkoy desta aproximação, a propósito de uma outra escola, aquela de E. Zwirner, in Troubetzkoy, 1986, p. 8.

11 Cf. Comtet, 1995, p. 194.

distância das confusões possíveis entre a metafísica e as matemáticas, evitando a partir daí dar uma dimensão ontológica a seus conceitos: o triângulo não sendo mais uma realidade superior como em Platão, não é mais *descoberto*, mas *inventado*, quer dizer, reduzido à sua dimensão operatória, dito de outro modo, ainda, *construído* no interior de uma teoria.

Para dizer a verdade, sabemos desde muito tempo construir instrumentos do pensamento. Quando Galileu fez sua célebre experiência a partir de um plano inclinado, ele havia *construído* um objeto que tinha pouco em comum com a realidade empírica. Na vida a gente jamais encontra planos inclinados perfeitamente lisos sobre os quais deslizam bolas perfeitamente redondas, o mundo é, antes de qualquer coisa, feito de superfícies rugosas e de pedras não uniformes. Mas o objeto que ele havia construído, representação *simplificada* dos fenômenos dos quais ele queria dar conta, tinha um poder explicativo satisfatório em relação aos objetivos buscados. Este objeto, *construído* no sentido próprio do termo, não era muito diferente da *maquete* que constrói o arquiteto antes de realizar o edifício que ele está concebendo. A maquete não é o objeto real em tamanho menor, mas um objeto prático, seleção de alguns traços que se estima fundamentais, representativos, objeto destinado a fazer experiências de proporções, de estética, que não tem necessidade de ser feita do mesmo material do edifício (papelão, por exemplo, no lugar de pedra). A *maquete* tem uma finalidade heurística: objeto reduzido e manipulável, ela *reproduz* sobre uma forma simplificada, miniaturizada, as propriedades de um objeto de grandes dimensões; o objeto reduzido pode ser submetido a medidas, a cálculos, a testes físicos que não podem ser comodamente aplicados à coisa reproduzida. Uma vez que o edifício está terminado, a maquete pode ser jogada fora, destruída, ou conservada para fins museológicos ou pedagógicos. Nem a idealidade platoniana, nem hipótese cognitiva, a maquete é uma primeira aproximação da noção de *modelo*. Ela é em relação ao edifício o que o mapa é em relação ao território, exceto que a maquete precede cronologicamente o edifício.

A noção de modelo varia segundo as disciplinas científicas.

O astrônomo Leverrier, em 1846, fez a hipótese da existência de um oitavo planeta e construiu um modelo totalmente teórico, permitindo dar conta das anomalias observadas no movimento de outros planetas. O que ocorreu somente depois, em um segundo tempo, quando Netuno foi descoberto por observação a partir de instrumentos apontados em direção ao céu onde o modelo *predizia* a provável situação do planeta fantasma. Neste caso, houve uma verificação empírica do modelo sobre os *fatos*. Netuno não somente *existe*, mas ele pré-existe enquanto tal a toda investigação, ele é, pois, *descoberto* depois de ter sido *inventado*.

O fonema coloca problemas de ordem diferente. Ele não pode ser *descoberto*, porque ele foi *inventado* (ele não tem nenhuma existência fora da teoria que o constrói) ou, mais exatamente, *colocado* para dar conta de funcionamentos que somente uma observação refinada não permite compreender. Os sons não têm nenhuma necessidade dos foneticistas para existir, enquanto os fonemas não podem existir (sobre outro modo de existência) senão por e nas teorias e modelos dos fonólogos.

O modelo em fonologia não é uma simplificação da empiria, mas aquilo que se constrói a partir de hipóteses. Coloca-se em funcionamento um movimento de vaivém entre os fatos observados e o modelo em curso de construção. O modelo está sempre em suspenso. Não podemos dizer que um modelo é verdadeiro, mas que ele é eficaz em uma certa etapa, até que construímos outro, melhor ou diferente, adaptado a outras interrogações. Frequentemente mudamos de modelo, porque mudamos de questão, ou de centro de interesse.

O modelo, em fonologia, é um sistema de oposições pertinentes que fabricamos a partir de um corpus de hipóteses para dar conta de funcionamentos individuais *observáveis*, mas não *diretamente conhecíveis*. Uma prova de que os modelos não pré-existem aos observáveis é que eles podem coexistir com vários modelos concorrentes para um único e mesmo sistema fonológico. Assim, em Russo, podemos construir um modelo de 37 ou de 38 fonemas, vai depender de considerar *sch* na palavra “*schì*” (sopa de repolho) é um fonema ou uma combinação se *s+ch*. Cada um dos dois modelos tem boas razões para existir, cada um tem suas vantagens e seus inconvenientes.

Freud elaborou uma hipótese de partida, que ele nomeou *inconsciente*, hipótese totalmente inacessível a toda verificação empírica. Nenhum aparelho jamais detectará um inconsciente. Em seguida, a partir dessa hipótese, ele construiu um modelo fundado sobre três conceitos: *Id*, *ego*, *super-ego*. Outros modelos podem ser construídos a partir da mesma hipótese de partida. Podemos comparar a eficácia explicativa, mas não sua adequação a uma realidade ontológica qualquer. Do mesmo modo, por exemplo, para uma análise do funcionamento das sociedades em termos de luta de classes.

Um modelo não tem mais existência ontológica (ideal ou observável) do que o inconsciente na psicanálise. Mas o modelo construído a partir da hipótese de seu funcionamento permite dar conta de fenômenos que seriam, sem eles, inexplicáveis.

O objeto da fonologia é extremamente diferente daquele das ciências da natureza. Assim, acontece, por exemplo, do problema de saber qual é a temperatura do centro da Terra. Fazemos diferentes modelos ou diferentes

conjecturas sobre este objeto real. Este lugar é ainda inatingível, ele está fora do acesso de nossas capacidades técnicas, mas podemos imaginar que um dia saberemos enviar sondas para lá.

A fonologia não é nem o duplo, nem o espelho, nem uma redução, nem uma simplificação. Ela é um mapa de um território, onde não iremos jamais, a conjectura feita sobre um objeto inacessível. Ela não visa a nenhuma substância (o projeto da fonologia não é especular), mas ao mesmo tempo ela não tem por objetivo atingir um objeto ideal, um tipo.

À diferença da Escola de fonologia de Leningrado, aquela de Moscou mostrou que o fonema não é um esquema simplificado de som, não mais que uma maquete ou uma generalização de propriedades do som.

O fonema é radicalmente diferente do som, ele é sem medida comum com o som, o que não é nem um som simplificado, nem um conjunto de características pertinentes de som. É um elemento de um conjunto quase algebrico, que, como diz Saussure a propósito dos elementos do objeto próprio da linguística, o *valor* tem isto de particular de *ser o que os outros não são*:

Essas categorias apresentam dificuldade para um francês ou para um brasileiro, pois suas línguas as ignoram; se elas estivessem predeterminadas, não seria assim. Em todos esses casos, pois, surpreendemos, em lugar de *ideias* dadas de antemão, valores que emanam do sistema. Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são. (SAUSSURE, 1972, p. 162).

É porque a fonologia se apoia sobre a noção de modelo que advém sua extraordinária eficácia.

3 Conclusão

Vê-se a que ponto a fonologia é um lugar privilegiado de discussão sobre a filosofia do conhecimento, revelador particularmente sensível de problemas que se colocam a toda teoria.

O acontecimento da modernidade correspondente, no domínio que nos ocupa, a uma mudança da natureza do conhecimento científico. O conhecimento moderno está em ruptura com a evidência sensível e o sentido

comum, enquanto para a ciência antiga o saber era um caso de olhar ou de espelho do espírito, um caso de reflexo e de visão. Pouco a pouco uma imagem da verdade se desenha, segundo a qual será dita “verdadeira” não a teoria que *reflete* uma realidade imutável e a contemplar, mas aquela que permite construir seu objeto próprio a partir da escolha de um ponto de vista (aqui, por exemplo, a escolha do critério de pertinência).

Podemos então ultrapassar a oposição habitual entre empirismo e o racionalismo (entre fatos de experiências e ideias inatas) pela confrontação entre dados e conhecimentos construídos, e, em um segundo momento, entre tipos e modelos. Nesta reviravolta copernicana, o tipo é de onde partimos, o modelo é onde nós chegamos; o tipo é aquilo que imitamos para reproduzir imperfeitamente, o modelo é aquilo que imita a teoria. O tipo é a matriz que engendra, é a origem verdadeira do qual todo o resto é somente pálido reflexo. O tipo pré-existe e nós só conhecemos as suas realizações. O modelo, ao contrário, não pré-existe a qualquer realização, já que não pode ser um resultado, que vem depois e não antes.

Do ponto de partida de uma imitação ao ponto de chegada de uma construção, passamos, a exemplo da fonologia, com os avançados e recuos, às reformulações e mal-entendidos, de uma ciência do ser a uma ciência do conhecer.

Tradução: Amanda Eloina Scherer e Maria Iraci Sousa Costa

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis: *Lire le Capital*. Paris. P.U.F (1^{ère} éd., 1965), (1996).
- CERTEAU, Michel de: « Le parler angélique. Figures pour une poétique de la langue », in S. Auroux et al. (éds.) : *La linguistique fantastique*, Paris : Denoël, 1985, p. 114-136.
- CHAMUSSY, H.: « La carte d'Empire », *Brouillons Dupont*, 9, 1982, p.51-59.
- COMTET, Roger: « L'École phonologique de Leningrad et L'École phonologique de Moscou », *Histoire Épistémologie Langages*, t. XVII, fasc. 2, 1995, p. 183-210.
- CRAMPTON, Jeremy « An elusive reference: the 1:1 map story », *Cartographic Perspectives*, 18, Winter, 1990-91, p 26-27.
- ECO, Umberto: “D'impossibilité d'établir une carte d'Empire à l'échelle 1/1 », *Pastiches et postiches*. Paris : Messidor, 1996, p. 95-104.
- JACOB, C. *L'Empire des cartes. Approche théorique de la cartographie à travers l'histoire*, Paris : Albin Michel, 1992.

- LARUELLE, Marlène *L'idéologie eurasiste russe, ou commente penser l'Empire*, Paris : L'Hamarttan, 1999. :.
- SAUSSURE, Ferdinand de *Cours de linguistique générale* (Edition critique préparée par T. De Mauro), Paris : Payot (1^{ère} éd. : 1916), 1972.
- SÉRIOT, Patrick .Structure et totalité, Paris : P.U.F, 1999.
- SHOR, Rozalija : « Krizis sovremennoj lingvistiki », *Jafeticheskij sbornik*, 5, 1936, p. 32-71 [la crise de la linguistique contemporaine].
- TROUBETZKOY, Nikolaj S. *Principes de phonologie*, Paris : Klincksieck (édition originale, en allemand : Prague, 1939), 1986 .

Recebido em: 10/07/2015. Aceito em: 25/08/2015.